



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais



PLANO DE AÇÃO

META 9 DO PODER JUDICIÁRIO – 2021

Introdução

No XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, a Meta Nacional 9 foi aprovada por todos os segmentos de Justiça, reafirmando a relevância dessa pauta para o Poder Judiciário.

A Meta 9 refere-se a realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Nesta Justiça Especializada foi escolhido o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Meta do Objetivo 16

16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Tabela Processual Unificada

Foram analisados os assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual, sendo selecionados os assuntos “Crimes de Abuso de Autoridade e Falsidade Ideológica”, códigos 3606 e 11321 na TPU, por possuírem o maior acervo processual.

Informações do Assunto Processual

- Crimes de Abuso de Autoridade

Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).



- Falsidade ideológica

Art. 312. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Pena - reclusão, até cinco anos, se o documento é público; reclusão, até três anos, se o documento é particular.

Objetivo

Implementar, até o final de 2021, ações de prevenção e de desjudicialização de litígios relacionados aos assuntos “Crimes de abuso de autoridade e Falsidade ideológica” associados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.



Plano de Ação

 Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais									PLANO DE AÇÃO - META NACIONAL 9					
Ação	Por que	Como	Onde	Quem	Quando	Quanto	Observações - Monitoramento	Status						
Elaboração de material educativo sobre a incidência dos crimes (confeção de banners)	Alertar e orientar os jurisdicionados e desenvolver ação preventiva para redução dos crimes relacionados aos assuntos mais demandados nesta Justiça especializada.	Divulgando no site do TJM-MG, bem como por meio de divulgação via PA à PMMG e ao CBMMG.	Online - Site do TJMMG	SECOM	Até dezembro/2021	Gratuito	Os banners poderão ser divulgados também nos sites e redes sociais da PM-MG e CBM-MG.	Em Andamento						



Cronograma

 Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais							CRONOGRAMA Plano de Ação			
Ação	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro				
Escolha de um dos 17 ODS da Agenda 2030										
Consulta a base de dados e seleção dos três assuntos de maior incidência, conforme TPU.										
Elaboração do Plano de Ação										
Elaboração de material educativo sobre a incidência dos crimes (banners)										
Promoção de tratativas com a PMMG e o CBMMG										
Divulgação do material educativo										